



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

INSTRUÇÃO
(SS- 065/2017)

Integram este processo o projeto básico (fls. ____ a ____).

Em, ____ / ____ / 2017.

Isaias Ribeiro da Cunha

Chefe de Serviço de Planos e Projetos
SIAPE nº 0377271



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

INSTRUÇÃO
(SS- 065/2017)

Foram utilizados nos projetos critérios de sustentabilidade e de acessibilidade para PNE (portadores de necessidades especiais) respeitando todas as normas técnicas brasileiras da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), principalmente a NBR 9050 de 2004 e todas as normas pertinentes aplicáveis ao objeto do presente termo de referência, como principalmente a Resolução - RDC nº 50 , de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para Planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde (ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Em, ____ / ____ / 2017.

Isaias Ribeiro da Cunha

Chefe de Serviço de Planos e Projetos
SIAPE nº 0377271



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

PROJETO BASICO

(SS- 065/2017)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de “**Serviço de Reparação e Modificação do Serviço de Ressonância do Setor de Radiodiagnóstico – Subsolo – Bloco G/I - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho**”, de acordo com as especificações presentes neste Termo de Referência.

1.1. Os serviços objetos deste Projeto são classificados como Serviços de Engenharia, para fins de aplicação dos dispositivos da Lei nº 8.666/93.

1.2. **O regime de execução** do serviço será de empreitada por **preço unitário**, com **Adjudicação** por preço global.

1.3.1 A adjudicação por item, para esta contratação não acarretará prejuízos para o conjunto do objeto, uma vez que a reforma acontecerá em prédio antigo, onde não conhecemos em detalhe suas características.

1.4. O objeto a ser licitado não representa criação, expansão ou aperfeiçoamento e que a sua despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

1.5. Dadas as características dos serviços e conforme Resolução - RDC nº 50 , de 21 de fevereiro de 2002 (ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária) não é necessário o licenciamento ambiental para realização do empreendimento.

1.6. A Reparação e Modificação do Serviço de Ressonância, será realizado na área destinada no Setor de Radiodiagnóstico – Bloco G/I - Subsolo do prédio do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, sito a rua Profº Rodolpho Paulo Rocco, nº 255, Cidade Universitária, no Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 – *Justifica-se Reparação e Modificação do Serviço de Ressonância, em função da necessidade de recuperação e outros serviços complementares para atendimento as normas da RDC 50, pois as atuais instalações não atendem a RDC-50.*

2.2. Justificamos com a máxima urgência as reformas, tendo em vista a adequação das instalações do Serviço de Ressonância para atendimento as notificações recebidas pelo HUCFF da SUVISA Tais solicitações contribuirão para melhorar a conformidade e a qualidade dos serviços prestado.

2.3. A estrutura física atual do Serviço de Ressonância não mais atende as exigências da Norma RDC 50 da ANVISA, bem como a NÃO CONFORMIDADE com diversas normas da ABNT que regulamentam as condições de infra-estrutura para este tipo de atividade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

2.4 - O conjunto de informações que compõe o caderno de encargos (projeto Básico, Projeto Executivo, Planilhas, Plantas, etc..., estão em conformidade com as orientações constantes da OT-IBR 001/2006 do **Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas** e conforme Práticas SEAP do Manual de Obras Públicas e Edificações.

3. DO ORÇAMENTO E PLANILHA DE CUSTOS

3.1. O serviço está orçado em **R\$ 613.422,95** (seiscentos e treze mil, quatrocentos e vinte e dois *reais e noventa e cinco centavos*), conforme planilha orçamentária detalhada no **ANEXO II** deste projeto.

3.2. As despesas decorrentes da contratação ocorrerão por conta de recursos vinculados à fonte XXX (Fundo Nacional de Saúde – FNS).

4. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a serem executados são os descritos no caderno de especificações, **Anexo I** deste projeto.

4.2. – RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

4.2.1. A satisfação dos usuários em relação ao espaço físico é de grande relevância nos estabelecimentos de saúde, razão pela qual a sua humanização tem sido um tema amplamente discutido na literatura em eventos acadêmicos e profissionais recentes. O efeito desse ambiente sobre o paciente tem sido examinado com fatores positivos e negativos.

4.2.2. A humanização no atendimento no Hospital Universitário é um dos principais focos da Administração. Desta forma no sentido de oferecer um ambiente acolhedor e dentro das rigorosas exigências da Vigilância Sanitária necessita se readequar e revitalizar os espaços físicos destinado melhor atenção internação dos pacientes, possibilitando integrar educação e assistência nos padrões de excelência que se espera de um modelo acadêmico.

4.2.3. Melhores condições de infra-estrutura e organização dos espaços físicos representaram maior economia e melhor eficiência operacional e redução das perdas de manipulação e estocagem dos medicamentos e principalmente, melhores condições de atendimento aos pacientes.

4.2.4. Recuperação do patrimônio Público, bem como das infra-estruturas físicas evitando deteriorização do conjunto hospitalar como um todo.

4.2.5. Implementação de novas Tecnologias que permitiram um novo conceito na Formação Acadêmica.

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO DE CONCLUSÃO

5.1. O prazo para conclusão da execução dos serviços será de **120** (CENTO E VINTE) dias corridos, contados a partir da autorização de seu início, a ser formalizada pela Divisão de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

Engenharia do HUCFF após a assinatura do contrato, através da emissão de Ordem de Serviço específica.

5.2. Os serviços, objeto do presente documento, deverão ser executados no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, Rua Rodolpho Paulo Roco, 255, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro.

5.3. O horário para execução dos serviços será de 8:00h às 17:00h, devendo ser prestados somente em dias úteis.

5.4. A Contratada deverá cumprir as etapas de execução conforme **Cronograma Físico Financeiro – ANEXO IV** deste projeto.

5.4. DOS SERVIÇOS - DEMOLIÇÃO

5.4.1. Todas as demolições bem como a retirada do andar deverão obedecer a descrição conforme **Caderno de Especificações – Projeto Executivo – ANEXO I**.

5.4.2. Durante o processo de demolição a área demolida deverá ser aspergida com água para evitar o levantamento de poeira e afetar áreas adjacentes.

5.5.5. Os shaft's existentes dentro da área da reforma deverão ter suas frestas isoladas, para evitar que poeira possa chegar as áreas de internação dos andares adjacentes.

5.5.6. Durante o processo de demolição caso seja necessário utilizar equipamentos de corte, maçaricos, e ou, quaisquer outros meios que gerem fagulhas, centelhas e ou fogo, a área onde tiver sendo executado os serviços deverá estar livre de materiais inflamáveis, bem como, manter sempre ao alcance e pronto a ser utilizado por pessoal habilitado, extintores apropriados para extinção da fonte de fogo.

5.5.7. Os funcionários da CONTRATADA utilizarão em todas as etapas, equipamentos de segurança (EPI's) apropriados.

5.5.8. A utilização de equipamentos de EPI's é obrigatória, portanto não será admitida a continuidade dos serviços sem a utilização dos EPI's apropriados. O atraso dos serviços oriundos desta ocorrência, serão considerados como dias trabalhados.

5.4.7. O local deverá estar sempre limpo e sem restos de obras e ou demolições.

5.5. DA EXECUÇÃO e QUALIDADE DOS SERVIÇOS

5.5.1. Os serviços serão executados com a melhor técnica construtiva, obedecendo as normas vigentes, a Fiscalização somente receberá os serviços, quando concluir que os acabamentos atendem as especificações do **Caderno Executivo (Projeto Executivo)**.

5.5.2. Na aplicação das mantas do piso a CONTRATADA deverá atentar para o acabamento entre a manta e as paredes, lembrando que a manta deverá incorporar-se a parede sem deixar ressalto, ou seja, a parede e a manta que fará a função de rodapé serão faceadas.

5.5.3. Antes da colocação das mantas de piso o mesmo deverá ser nivelado, conforme especificação em anexo (Projeto Executivo).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

5.5.4. Para pintura das paredes as mesmas devem estar niveladas com aplicação de massa e lixadas de modo apresentar uma superfície lisa sem ondulações.

5.5.5. Antes da última demão de tinta, a CONTRATADA deverá ter a aprovação da Fiscalização sobre o acabamento da parede.

5.5.6. A cor deverá obrigatoriamente a descrita no caderno de Especificação – Projeto Executivo.

5.5.7. O descrito acima também vale para a pintura de portas e outras áreas.

5.5.8. Os metais a serem utilizados, estão especificados no caderno de Especificação – Projeto Executivo, portanto quaisquer dúvidas com relação a qualidade do produto, caso a empresa venha apresentar produto similar, a mesma deverá apresentar a Fiscalização dados técnicos do produto, bem como, apresentar amostra para análise da Fiscalização.

5.6. REDE ELÉTRICA

5.6.1. Conforme descrito no projeto elétrico, os materiais deverão obedecer as especificações técnicas citadas, em função de que os materiais indicados, apresentam normatizações com confiabilidade e de segurança, para utilização em ambientes hospitalares.

5.6.2. Na montagem da infra-estrutura que receberá as fiações, deverá ser obedecida as normas técnicas que regem este tipo de instalação.

5.6.5. Dentro dos ambientes de internação as tubulações deverão ser embutidas em forro falso, moldura de gesso acartonado, paredes de dry wall, não podendo ser aparentes.

5.6.4. Todas as redes serão dirigidas, de acordo com o projeto, até a área destinada a montagem dos quadros de distribuição.

5.6.5. Os quadros de distribuição serão montados de acordo com o projeto elétrico anexo. A CONTRATADA deverá obedecer fielmente ao projeto, inclusive no tocante a instalação de circuitos de segurança e proteção de surtos, que obrigatoriamente será instalado, não se admitindo adequação de qualquer espécie, com argumentação, que não seja baseado em normas técnicas padronizadas para este tipo de instalação.

5.6.6. Todos os quadros deverão estar aterrados inclusive com distribuição do aterramento a todas as tomadas.

5.6.7. A Fiscalização do HUCFF deverá indicar de onde será feita a ligação do aterramento.

5.6.8. O nível de aterramento deverá obedecer as normas técnicas para este tipo de ambiente.

5.6.9. As ligações das tomadas deverão ser obedecidas as posições de Neutro, Fase e Terra, conforme norma da ABNT. As tomadas de 220 V serão de cor Vermelha.

5.6.10. Todas as tomadas serão de **20 A**, caso seja necessário, conforme projeto será utilizada outra de maior Amperagem.

5.6.11. Em todas as etapas das instalações elétricas deverá ser obedecido o projeto em anexo.

5.6.12. Cada etapa da montagem da rede elétrica deverá ser comunicada a Fiscalização que dará o **OK** para a etapa seguinte. Justificamos esta medida para evitarmos refazimento do trabalho e perda de material e tempo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

5.6.13. O quadro elétrico após montagem deverá ser identificado com etiquetas apropriadas.

5.6.14. A CONTRATADA apresentará no final AS-BUILT definitivo das instalações elétricas com as eventuais modificações que foram necessárias com aprovação de Fiscalização.

5.7. DAS REDES DE GASES MEDICINAIS

5.7.1. Todas redes serão embutidas nos forros e quando necessário, descer a um ponto de consumo, deverá estar embutida na parede.

5.7.2. Dentro da área de internação de pacientes as redes chegarão através de colunas verticais instaladas no teto, ou seja, a distribuição horizontal será por entre forro e alimentação interligada a coluna. Esta interligação e instalação das colunas deverão obedecer às especificações do fabricante.

5.7.3. As redes de gases medicinais, conforme Norma Técnica ABNT, serão de cobre especial, conforme projeto executivo. No “caso das redes de Vácuo as mesmas poderão ser construídas em tubo PPR cor cinza, com no mínimo 32” de bitola.

5.7.4. As Redes de Gases Medicinais, mesmo embutidas, deverão ser pintadas nas cores correspondentes, conforme norma vigente.

5.7.5. No Acesso a Sala, deverá ser instalado alarmes de gases medicinais que controlarão quaisquer eventos de perda de pressão e ou vácuo no sistema.

5.7.6. Na área determinada em projeto de ver a ser instalados registros centrais que controlarão toda a rede, inclusive com a possibilidade suprimento de emergência por cilindros.

5.7.7. Antes da aquisição das colunas de gases, a CONTRATADA, apresentará a Fiscalização, o modelo proposto para análise da compatibilidade e se esta de acordo com o projeto em anexo.

5.7.8. Antes do aceite final desta instalação, será realizado teste de estanqueidade para verificação do estado das soldas e ou conexões.

5.8. DOS MOBILIÁRIOS

5.8.1. Todos os mobiliários serão construídos em madeira do tipo, compensado de 20 mm ou 25 mm de 1ª qualidade revestida em laminados decorativo - Fórmica. A cor da fórmica esta definida nas especificações técnicas. Nas áreas baixas do mobiliário em contato com o chão deverá ser utilizado MDF NAVAL.

5.8.2. A qualidade do compensado deverá ser obedecida conforme especificado em projeto.

5.8.3. Em hipótese alguma poderá ser utilizado em partes dos mobiliários de madeiras de qualidade diferentes do especificado.

5.8.4. A CONTRATADA deverá verificar nos locais possíveis obstáculos na hora de colocação dos mobiliários, ou seja, registros, tubulações, redes de gases etc.... Em caso de necessidade de não bloquear acessos a estes sistemas a CONTRATADA deverá abrir acessos nos móveis, sem comprometer suas estruturas e ou seu acabamento.

5.8.5. Fórmicas trincadas e ou com defeitos, serão obrigatoriamente substituídas para garantir um acabamento uniforme.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

5.9. AR CONDICIONADO

5.9.1. Conforme descrito em Projeto do Sistema de Climatização, os materiais deverão obedecer as especificações técnicas citadas, em função de que os materiais indicados, apresentam normatizações com confiabilidade e de segurança, para utilização em ambientes hospitalares.

5.9.2. Os serviços serão executados com a melhor técnica construtiva, obedecendo as normas vigentes, a Fiscalização somente receberá os serviços, quando concluir que os acabamentos atendem as especificações do **Caderno Executivo (Projeto Executivo)**.

5.9.3 . Cada etapa da montagem do Sistema de Climatização deverá ser comunicada a Fiscalização que dará o **OK** para a etapa seguinte. Justificamos esta medida para evitarmos refazimento do trabalho e perda de material e tempo.

5.9.4. A CONTRATADA apresentará no final AS-BUILT definitivo de toda a Instalação do Sistema e Montagem, com as eventuais modificações que foram necessárias com aprovação de Fiscalização.

5.9.5. A Empresa Contratada desenvolverá todo o Projeto de Climatização do Serviço de Ressonância (Sistema de Ar Condicionado - Chiller), conforme orientação da Especificação Técnica do HU e observando-se, o seguinte:

Serão observadas todas as *normas da ABNT*, destacando-se as **NBR** abaixo:

ABNT – NBR 6401

ABNT – NBR 7256

ABNT – NBR 14679

6. DA PROPOSTA COMERCIAL DO LICITANTE

6.1. A proposta, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

6.1.1. Razão social, CNPJ, referência ao número do edital de licitação, endereço completo da empresa, bem como o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos;

6.1.2. E-mail, número de telefone e de fax para realização dos contatos, durante o período de execução do serviço;

6.1.3. Nome, RG, CPF e cargo exercido pelo representante legal que assinará o contrato;

6.1.4. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto, sem conter alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

6.1.5. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismos e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (Real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

- 6.1.5.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
- 6.1.5.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
- 6.1.5.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
- 6.1.5.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.
- 6.1.6. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;
- 6.1.6.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante deste Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.
- 6.1.7. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;
- 6.1.7.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;
- 6.1.7.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;
- 6.1.7.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do 102, § 7º, II, da LDO 2013 e 9º, II, do Decreto 7.983, de 2013;
- 6.1.7.4. Planilha orçamentária comparativa entre os preços unitários constantes da planilha elaborada pelo órgão, anexa ao Edital, e os preços unitários propostos pelo licitante. Documento importante, porém, não obrigatório ao licitante.
- 6.1.8. Prazos de entrega e de garantia, observado o mínimo exigido neste Projeto;
- 6.1.9. Prazo de validade da proposta, devendo ser de, no mínimo, **60 (sessenta) dias corridos**.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os seguintes documentos deverão ser, obrigatoriamente, apresentados quando da entrega da proposta:
- 7.1.2. Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

7.1.2.1. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado do Rio de Janeiro, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

7.1.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

I. Para (Engenheiro Civil e/ou Eletricista; Engenheiro Mecânico e Arquiteto): Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovando a execução de serviços de características compatíveis ou semelhantes ao objeto deste Termo de Referência. Em caso de mudança de profissionais durante a execução do trabalho, a empresa contratada deverá informar previamente a FISCALIZAÇÃO e apresentar profissional de currículo compatível com a execução dos serviços contratados.

7.1.3.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal: o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

7.1.4. Comprovação da capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

AR CONDICIONADO.....	3 UNID
INSTALAÇÃO ELÉTRICA.....	3500,00M
INSTALAÇÃO DE GASES MEDICINAIS	150,00M

I. Serviços de obra ou reforma de EAS (Estabelecimentos Assistenciais de Saúde) com quantitativos mínimos de 300 m² (trezentos metros quadrados);

II. Serviços de obra, reforma ou manutenção em Instalações Elétricas de EAS (Estabelecimentos Assistenciais de Saúde), com quantitativos mínimos de 300 m² (trezentos metros quadrados) e 10 KVA;

7.1.5. Os atestados deverão estar devidamente registrados no CREA ou no CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, dando-se tal comprovação mediante a apresentação da correspondente CAT com registro de atestado – atividade concluída ou em andamento, ou documento equivalente, que indique o licitante como empresa contratada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

7.1.6. Não será necessária a apresentação de Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, e nem o respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata.

§1º Todos os documentos apresentados deverão estar vertidos para o idioma nacional por servidor ocupante do cargo efetivo de tradutor ou por tradutor juramentado (art. 22, § 1º da Lei nº 9.784/99).

§2º Os documentos apresentados em cópia deverão estar autenticados em Cartório ou por servidor (art. 22, § 3º da Lei nº 9.784/99).

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. A Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação pelo HUCFF, para assinatura de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação.

8.1.1. Alternativamente à convocação para comparecimento ao HUCFF para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

8.2. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados, por igual período, através de solicitação justificada da Contratada, ficando a critério da Administração autorizar a prorrogação.

8.3. Se a Contratada, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro participante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Projeto Básico e das demais cominações legais.

9. DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA

9.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

9.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de **multa de 0,07% (sete centésimos por cento)** do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de **2% (dois por cento)**;

9.1.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

9.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b. Seguro-garantia; ou
- c. Fiança bancária.

9.2.1. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais;

9.2.2. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta;

9.3. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.

9.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

9.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

9.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

9.8. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

9.9. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

10. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

10.1. O prazo de vigência contratual será de 220 (DUZENTOS E VINTE) dias.

10.2. 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Apresentar-se à Divisão de Engenharia do HUCFF (DEG) no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato, a fim de tomar conhecimento das normas estabelecidas para o acesso às dependências do prédio, orientando-se inclusive quanto aos procedimentos para entrada e saída de materiais e de seus empregados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

11.2. Iniciar os trabalhos após recebimento de autorização formal feita pela DEG/HUCFF, através de Ordem de Serviço a ser emitida após a assinatura do contrato;

11.3. Executar os serviços com presteza e qualidade técnica e entregar os serviços em concordância com as especificações deste Projeto, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Projeto;

11.3.1 – *A CONTRATADA se reunirá com a Equipe de Projetos da Divisão de Engenharia para orientação e esclarecimentos de quaisquer dúvidas nos projetos. A mesma deverá apresentar no final dos serviços todos os projetos de “As Built” com as alterações que se fizerem necessários ao longo da obra.*

11.3.2 – A CONTRATADA deverá atender a todas as especificações descritas, os projetos, especificações e ou informações complementares, não poderão serem analisados separadamente, para entendimento total dos serviços, a análise será do conjunto das informações, que completam entre si, para o perfeito entendimento do objeto.

11.4. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

11.5. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e telefônicas;

11.6. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da obra;

11.7. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

11.8. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para a análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

11.9. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro / Arquiteto preposto responsável, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da obra em relação ao cronograma previsto;

11.10. Manter no local dos serviços, funcionários e equipamentos em número, qualificação e especificação adequados ao cumprimento do contrato;

11.11. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.12. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

caso, adequados e em perfeito estado de conservação e funcionamento;

11.13. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

11.14. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.15. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

11.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

11.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.20. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;

11.21. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados utilizados na execução dos serviços;

11.22. Apresentar, antes do início efetivo dos serviços, o Responsável Técnico que irá aprovar, coordenar, supervisionar e orientar diariamente todos os trabalhos a serem executados ao longo dos serviços, bem como o substituto eventual e os demais profissionais que poderão participar das etapas e serviços complementares;

11.23. Apresentar e submeter à aprovação da fiscalização em até 05 (cinco) dias um cronograma próprio para execução dos trabalhos, observados os prazos estabelecidos neste Projeto Básico;

11.24. Manter no local dos serviços um Diário de Ocorrência, com páginas numeradas em 03 (três) vias, sendo 02 (duas) destacáveis, contendo o registro de fatos normais do andamento dos trabalhos, como: saída de equipamentos, serviços em andamento e efetivo de pessoal;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

11.25. Informar imediatamente à fiscalização qualquer anomalia e/ou inconsistência encontrada durante a execução dos serviços que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade do patrimônio público, devendo formalizar através de relatório com fotos, indicação do tipo, características, local e quantidade encontrada, de forma a subsidiar a avaliação da gravidade e da intervenção a ser realizada;

11.26. Regularizar, quando notificada pela Contratante, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços, fora das suas especificações;

11.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução da obra;

11.28. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.29. Submeter previamente à aprovação da Fiscalização eventuais ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços, de modo a mantê-la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos;

11.30. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como agendar, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos, vistorias com vistas à obtenção de licenças e regularização dos serviços e obras concluídos (Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

11.31. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento e as especificações constantes no projeto básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante;

11.32. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra;

11.33. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

11.34. Durante a realização dos serviços, caso surjam pontos de infiltração ou qualquer outras anomalias vinculadas à execução dos serviços, que causem transtornos à ocupação do imóvel, estes pontos deverão ser priorizados, ficando a Contratada obrigada a recuperar as áreas degradadas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

- 11.35. Participar das reuniões agendadas pelo HUCFF sempre que solicitada;
- 11.36. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.37. Arcar com todos os tributos incidentes sobre o Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei;
- 11.38. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a realização dos serviços contratados;
- 11.39. Comprovar que todos os resíduos removidos estejam acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, conforme normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas ABTN (nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004);
- 11.40. Limpar a edificação depois de pronta, devendo toda a área circunvizinha ao local dos serviços estar completamente isenta de entulho e resíduos remanescentes da mesma.
- 11.40.1. A remoção do entulho proveniente dos serviços deverá ser feita periodicamente, a fim de evitar o acúmulo e evitar danos ao meio ambiente;
- 11.40.2. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- a. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
 - b. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
 - c. florestas plantadas; e
 - d. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 11.40.3. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- a. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - b. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

c. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exija a emissão de tal licença obrigatória.

c.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

14.40.4. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

a. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

b.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

c. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

d. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n°s 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

11.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

11.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

11.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.41.3. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

11.42. Manter o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que a ela venham a ser confiados ou que venha a ter acesso em razão da prestação dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros;

11.43. Não veicular publicidade ou quaisquer informações acerca das atividades objeto deste contrato sem a prévia e expressa autorização do HUCFF.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Autorizar formalmente a execução dos serviços previstos neste Projeto Básico através de Ordem de Serviço a ser emitida pela DEG/HUCFF após a assinatura do Contrato;

12.2. Cumprir fielmente as disposições do Contrato;

12.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.4. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei n° 8.666/93;

12.5. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do Contrato;

12.6. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.8. Zelar pelo cumprimento das obrigações da Contratada relativas à observância das normas ambientais vigentes;

12.9. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital, especialmente do Projeto Básico e seus anexos;

12.10. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.11. Receber os serviços, após o cumprimento da obrigação por parte da Contratada;

12.12. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no presente Projeto, mediante apresentação de Nota Fiscal discriminada, devidamente atestada e conferida pela autoridade competente;

12.13. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela contratada.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 - A Contratada poderá, subcontratar os serviços para Instalações de Gases Medicinais; Instalações Elétrica e Instalação do Sistema de Ar Condicionado (Chiller) do objeto do contrato.

13.2. A Contratada só poderá subcontratar serviços que, por sua especialização, requeiram o emprego de empresas ou profissionais especialmente habilitados, devendo ser previamente autorizada pela Fiscalização. O total dessa subcontratação não poderá superar 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

13.3. Se autorizada a realizar a subcontratação de parte dos serviços, a Contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.4. Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam as especificações, serão impugnados pela Fiscalização, cabendo à Contratada todo o ônus decorrente de sua re-execução direta ou por empresa devidamente qualificada, capacitada e de reconhecida idoneidade.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.5. Eventuais dúvidas durante o período de vigência contratual deverão ser dirimidas pela Fiscalização formalmente designada pelo HUCFF.

15.6. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

15.7. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

15.8. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste projeto e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.8. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.9. Todos os ensaios e medições consequentes à análise técnica deverão ser devidamente registrados em formulário específico a ser encaminhado à Fiscalização, do qual conste a data e o horário de realização (leitura), o nome do Técnico executante, a assinatura do engenheiro responsável, e os parâmetros e normas técnicas de referência.

14.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.11. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.12 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

14.13. A Contratada deverá utilizar recurso fotográfico digital para registro da evolução dos serviços executados, bem como de possíveis anomalias porventura identificadas ao longo da execução dos serviços.

15. DAS MEDIÇÕES E DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

15.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até **05 (cinco) dias**, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório;

15.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.2. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

15.2.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas;

15.2.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

15.3. O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado em até 15 (quinze) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato;

15.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

15.4. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.5. Durante 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo dos serviços, a Contratada responderá por sua qualidade e segurança nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do Contratante. Os materiais a serem aplicados deverão ter durabilidade mínima compatível ao mesmo período.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

16.0 - DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação de nota fiscal pela Contratada e será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária.

16.2. Para fins de pagamento a empresa Contratada deverá manter as mesmas condições da habilitação, cuja confirmação será feita mediante consulta ao SICAF ou da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

16.3. Será efetuada a retenção dos Tributos e das Contribuições Federais, conforme estabelecido na Lei no. 10.430/96, na Instrução Normativa SRF n. 480, de 15 de dezembro de 2004.

16.4. Se a empresa for optante pelo SIMPLES deve anexar à fatura declaração constante no Anexo VI da Instrução Normativa SRF n. 480, de 15 de dezembro de 2004, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, situação em que não incidirá a retenção disposta no subitem acima.

16.5. Será considerada, para fins de pagamento, a data do “atesto” certificando o recebimento definitivo dos produtos pelo servidor designado pela HUCFF.

16.6. O HUCFF terá o prazo de até 30 (trinta) dias a partir do Recebimento Definitivo para proceder ao pagamento.

16.7. Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o HUCFF.

16.8. O HUCFF poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela Contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.9. A Contratada deverá informar ao HUCFF endereço, telefone, conta bancária e outras informações que julgar necessárias para recebimento de pagamento, correspondência e outros documentos, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração ocorrida.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

17.1.1. A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

17.2. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação;

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo prazo de até dois anos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

17.2.1. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

17.2.2. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

17.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

17.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

17.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.,

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

Declaro que sou responsável pela elaboração deste Projeto para licitação. O mesmo está atualizado e adequado ao que dispõe o art. 6º, IX da Lei nº 8.666/93, bem como ao que dispõe o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 12.462/2011, tendo sido elaborado com base em estudos técnicos preliminares e em anteprojeto, arquivados na Divisão de Engenharia deste HUCFF.

Em ____ / ____ / 2017.

Isaias Ribeiro da Cunha
Chefe de Serviço de Planos e Projetos
SIAPE nº 00377271



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

DECLARAÇÃO DE DISPENSABILIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

(SS- 065/2017)

Dadas as características do **Serviço de Reparação e Modificação do Serviço de Ressonância do Setor de Radiodiagnóstico – Subsolo – Bloco G/I - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho** - conforme Resolução - RDC nº 50 , de 21 de fevereiro de 2002 (ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária) - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, declaro que não é necessário o licenciamento ambiental para realização do empreendimento.

Em, ____ / ____ / 2017.

Isaias Ribeiro da Cunha

Chefe de Serviço de Planos e Projetos
SIAPE nº 0377271



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

DECLARAÇÃO DE DISPENSABILIDADE DE JUNTADA DE LAUDOS DE
SONDAGEM E TOPOGRAFIA DO TERRENO E/OU LEVANTAMENTO
PLANIALTIMÉTRICO

(SS- 065/2017)

Dadas as características do **Serviço de Reparação e Modificação do Serviço de Ressonância do Setor de Radiodiagnóstico – Subsolo – Bloco G/I - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho** - conforme Resolução - RDC nº 50 , de 21 de fevereiro de 2002 (ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária) - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, declaro que não é necessária a realização de laudos de sondagem e topografia e/ou levantamento planialtimétrico para a execução do empreendimento.

Em, ____ / ____ / 2017.

Isaias Ribeiro da Cunha

Chefe de Serviço de Planos e Projetos
SIAPE nº 0377271



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

DECLARAÇÃO DE DISPENSABILIDADE DE ALVARÁ JUNTO À
MUNICIPALIDADE

(SS- 065/2017)

Dadas as características do **Serviço de Reparação e Modificação do Serviço de Ressonância do Setor de Radiodiagnóstico – Subsolo – Bloco G/I - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho** - conforme Resolução - RDC nº 50 , de 21 de fevereiro de 2002 (ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária) - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, declaro que não é necessário qualquer tipo de alvará de construção e aprovação pelos órgãos competentes (Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, concessionárias de serviços públicos e entidades de proteção sanitária e do meio ambiente) para a execução do empreendimento.

Em, ____ / ____ / 2017.

Isaias Ribeiro da Cunha

Chefe de Serviço de Planos e Projetos
SIAPE nº 0377271



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

APROVAÇÃO DO PROJETO

(SS- 065/2017)

“Aprovo o presente Projeto e seus anexos para a licitação do **Serviço de Reparação e Modificação do Serviço de Ressonância do Setor de Radiodiagnóstico – Subsolo – Bloco G/I - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho** - conforme Resolução - RDC nº 50 , de 21 de fevereiro de 2002 (ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária) - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.

Em, ____ / ____ / 2017.

Jairo Villas Boas

Diretor da Divisão de Engenharia
SIAPE nº 0377071



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA E VALOR SIGNIFICATIVO
DA OBRA:
(SS- 065/2017)

“As parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do **Serviço de Reparação e Modificação do Serviço de Ressonância do Setor de Radiodiagnóstico – Subsolo – Bloco G/I - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho**, são as indicadas abaixo:

PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA

ESTRUTURA	R\$ 86.968,47
INSTALAÇÃO ELÉTRICA.	R\$ 82.970,46
TELHADO/IMPERMEABILIZAÇÃO	R\$ 71.354,61

Em, ____ / ____ / 2017.

Isaias Ribeiro da Cunha

Chefe de Serviço de Planos e Projetos
SIAPE nº 0377271



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO
DIVISÃO DE ENGENHARIA

**DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE COM O PLANO PLURIANUAL E COM A LEI
DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

(SS- 065/2017)

Declaro que o objeto a ser licitado não representa criação, expansão ou aperfeiçoamento e que a sua despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Declaro, também, que a adjudicação por item para esta contratação acarretará prejuízos para o conjunto do objeto, uma vez que os itens de construção do **Serviço de Reparação e Modificação do Serviço de Ressonância do Setor de Radiodiagnóstico – Subsolo – Bloco G/I - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho** e são dependentes entre si. Assim a adjudicação deve ser por menor preço global.

Em, ____ / ____ / 2017.

Isaias Ribeiro da Cunha

Chefe de Serviço de Planos e Projetos
SIAPE nº 0377271